



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO SETECENTOS E NOVENTA E CINCO

Aos quinze dias do mês de outubro de 2019, às dezenove horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Presidente Dalcir Luis Ebeling, o Vice Presidente Ademar Gauger, o Primeiro Secretário Bernardino Scottá, o Segundo Secretário Luiz Felipe Werner e os vereadores: Laudir Abel, João Carlos Jahn, Claudir Antônio Ludwig, Pedro Gilson Jahn e Luiz Carlos de Souza. O Presidente deu início a Sessão cumprimentando os presentes. O secretário Bernardino leu um trecho da bíblia. Foi lida a ata da Sessão ordinária do dia 08 de outubro, a qual foi aprovada por unanimidade. Foram lidos os caputs do PL e do Veto que deram entrada na Casa. PL 2362 – Abre crédito especial por arrecadação a maior no valor de R\$ 49,86 e Veto total ao PL do legislativo 117/2019. Foi lido encaminhamento do Executivo das fotos dos mapas do Plano Diretor, solicitados pelo Vereador Laudir. Foi lida também resposta da ABCD quanto a solicitação do vereador Pedro Gilson. Passando a análise dos projetos, com a liberação do pedido de vistas por parte do vereador Pedro Gilson, o Presidente colocou em pauta o PL 2343. Pedro Gilson diz que na reunião feita pelo Executivo, foi explicado aos servidores as alterações propostas, sendo que foi solicitado ao Executivo que quando houver qualquer alteração referente aos servidores que seja comunicado aos mesmos. O Prefeito se comprometeu em realizar a comunicação quando houver novamente a alteração de alguma Lei que envolva o funcionalismo. Pedro Gilson diz que todos os funcionários foram convidados para a reunião, muitos não participaram, mesmo assim ressalta a importância da realização da mesma. Laudir também ressalta a importância dos servidores estarem cientes das questões que envolvem sua vida funcional. Assim o projeto foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi lido PL 2360 – Abre crédito especial por arrecadação a maior no valor de R\$ 88.062,62. A Comissão emitiu parecer favorável e o projeto é colocado em discussão. Claudir comenta que o investimento neste caminhão é corajoso, pois é sabido que o custo é de mais de R\$ 200.000,00, mas sabe-se também que é preciso renovar a frota. Assim o projeto foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi lido PL do Legislativo 119 que dispõe sobre a obrigatoriedade de monitoramento por câmeras de segurança nas proximidades de escolas públicas, postos de saúde e hospitais. O parecer favorável foi assinado pela assessoria jurídica, mais os vereadores João Carlos e Pedro Gilson, sendo que o Vereador Luiz Felipe assinou contrário ao parecer. Felipe justifica seu voto contrário dizendo que mesmo que exista a jurisprudência mencionada no parecer, acredita que é prerrogativa exclusiva do Executivo a criação de despesa, em função disso assinou contrário ao mesmo. Claudir diz que sempre defendeu a ideia de instalação de monitoramento pois inibe ações de criminosos. Lembra que foi autor do ante projeto que exigiu a instalação de câmeras de segurança nos estabelecimentos financeiros e que o mesmo deu grande resultado. Diz ser favorável, pois só vem a somar para a segurança de todos. Pedro Gilson comenta que quanto a instalação de monitoramento já fez diversas indicações. Uma delas é para instalar câmeras nos prédios públicos e parque de máquinas. Outra indicação sua foi para colocação de câmeras internas nas creches municipais, hoje todos estão contentes com a colocação destas câmeras. Somente resultados positivos foram alcançados. Gostaria que fossem atendidos seus outros pedidos referente ao assunto. Bernardino diz que sempre defendeu essa ideia, prova disso é sua impositiva deste ano destinada pra este fim. Analisa a quantidade de câmeras que o projeto obrigaria o Executivo a instalar, dizendo que seriam cerca de 16 câmeras. Questiona onde estão os recursos alocados pra isso, os únicos recursos disponíveis para a questão no seu conhecimento são de sua emenda impositiva mais a do colega Felipe que também destinou para este fim. Comenta ainda do prazo estabelecido de seis meses para instalação. Defende a ideia de propor por indicação e questiona se não seria mais interessante

Rua da Estação, 1033 Sala 102 - Fone: (51) 3696 1047
95730-000 - BARÃO - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

pensar no monitoramento como um todo e não apenas em pontos específicos como as escolas. Apoiar a ideia se for enviada como sugestão, como projeto de Lei não vê viabilidade operacional além de esbarrar na questão técnica e legal. Laudir diz que o orçamento está na casa, está previsto R\$ 150.000,00 para a festa colonial do ano que vem. Falou-se tanto que era muito dinheiro, agora está aí a oportunidade de destinar este montante para instalação de câmeras de segurança. Por indicação? Muito é indicado, quase nada é feito. Por projeto de Lei? Pode ou não pode? Não se sabe mais o que fazer. João Carlos diz que o monitoramento é uma proteção a mais, diz que é um caminho sem volta e que mais cedo ou mais tarde terá de ser feito, o projeto proposto é um começo. Quando sofreu com ações de criminosos, a indicação da polícia foi para que instalassem câmeras de segurança. Diz ainda que com a colocação de câmeras nas escolas do interior por exemplo, as vias alternativas de fuga de criminosos estarão monitoradas, além do que todo o município estaria atendido com monitoramento e não apenas o centro. Diz ainda que entende que a criminalidade ainda não é grande no município, mas considera um investimento para o futuro. Quanto ao orçamento diz que no Plano de Governo do atual Prefeito havia a promessa de um estudo de viabilidade de colocação de monitoramento. Já se passaram quase três anos e nada foi apresentado até o momento. Diz ainda que se o Executivo entender que o projeto precisa ser alterado, não vê problema algum. Mas que seja feito. Pelo menos um início para colocação destas câmeras. Luiz Carlos comenta que não existe um candidato que tenha cumprido todas as metas do Plano de Governo. Bernardino pede um aparte e diz que os órgãos de segurança deveriam ser consultados para verificar se houve o aumento da violência em Barão. Luiz Carlos diz que sempre foi favorável à segurança, muitos vereadores já pleitearam monitoramento através de pedidos e indicações. Comenta sobre as emendas impositivas e diz que as mesmas deveriam ser respeitadas, pois tem um poder maior. Como já existem impositivas para a questão, diz que é favorável à Indicação e não ao projeto de Lei. Diz ainda que a câmera inibe uma parcela de criminosos, mas é preciso haver uma sequência caso contrário perde o efeito. Ressalta a iniciativa, mas diz que vai respeitar os pedidos anteriores e as emendas impositivas. Ademar lembra que o orçamento já está apertado e isso traria mais despesas ao Executivo. João Carlos comenta que o inspetor da Delegacia achou a ideia bem válida, visto que é preciso prevenir. O certo é prevenir e não esperar que a criminalidade chegue para então tentar remediar. Luiz Felipe cumprimenta o colega pelo projeto, mas diz que falta um pouco com a verdade ao afirmar que o projeto é um começo. O começo foi dado há muito tempo. Quanto ao Plano de governo ajudou a desenvolver, apresentou duas emendas impositivas para a questão, assim como o colega Bernardino, diz ainda que já foi realizado um projeto e diversas reuniões com os setores responsáveis a fim de buscar a colocação de câmeras. Diz estar preocupado com o rumo que as coisas estão tomando, acredita que deveria ser feito por indicação ou por emenda impositiva, pois é preciso saber até onde se pode chegar, pois daqui um pouco os vereadores estarão fazendo tudo por projeto de Lei. Diz ainda que a última reunião sobre o assunto foi realizada na semana passada, sendo que já está sendo encaminhado. Falou ainda que o orçamento inicial seria de R\$ 130.000,00, com a questão das impositivas, seria feita uma adequação a fim de não utilizar recurso além das impositivas. Os vereadores comentam a questão, Felipe explica como seria o projeto que já está em andamento com a colocação de câmeras em pontos estratégicos, lembrando que seria um projeto público, mas com interligação com as câmeras particulares. Bernardino discorda com o colega João que não foi feito nada, lembra as emendas impositivas e cita alguns pontos que existem câmeras de segurança, inclusive nas salas da Escola Arco Íris. Lembra ainda que o CONSEPRO está se envolvendo na questão e que falta um monitoramento central, que estaria já sendo projetado pelo Executivo. Pedro Gilson diz que o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

sistema de monitoramento instalado em sua residência já foi utilizado pela Brigada Militar em alguns sinistros ocorridos na localidade. João Carlos diz que em momento algum quis passar a frente de alguém, agradece a informação de que já está sendo realizado o estudo. Quanto a apresentar todas as propostas por projeto de Lei diz que a Lei é mais genérica, por isso propôs por Lei e assim determinar de forma funcionaria. Dalcir diz que seis meses é um prazo muito curto, impossível de executar. Outro ponto é que podem ser instaladas em áreas de acesso e internas, ou seja, a justificativa não condiz com a Lei. Comenta ainda sobre o ante projeto de Lei apresentado em 2013 pelo vereador Claudir o qual se transformou na Lei 1783. Entende que este caminho seria mais interessante, pois com o ante projeto se faria a administração pensar, a fim de evitar estes apontamentos que estão sendo feitos. Ademar diz não ser contra mas o prazo é curto e o Executivo não dispõe de orçamento. Quando colocado em votação o projeto foi aprovado por quatro votos dos vereadores João Carlos, Pedro Gilson, Laudir e Claudir, tendo ainda três votos contrários dos vereadores Bernardino, Luiz Felipe e Luiz Carlos, contabilizando ainda uma abstenção do vereador Ademar. Em seguida foram lidas as Indicações. Indicação 266 – Ademar – Melhorias na Estrada de Linha Rodrigues da Rosa e Indicação 267 – João Carlos – Pintura dos meios fios da Rua Raimundo Hartmann. Nas considerações finais Ademar comenta das estradas que precisariam de melhorias. Dalcir solicita que seja averiguada a questão do terreno escavado na BR 470, próximo ao Cartório, pois lhe parece que a Rua Antônio Simon que fica atrás deste terreno está desbarrancando. Que sejam tomadas as devidas providências. Bernardino comenta que estamos ficando num terreno turbulento na questão da apresentação dos projetos de Lei. Diz estar preocupado com a questão e ressalta que é preciso buscar meios para identificar o que realmente pode ou não pode. Lembra que para estas questões existe o orçamento. Diz que o caminho que está se tomando não é o melhor. Pessoalmente vai buscar outras orientações a fim de chegar a uma conclusão, pois a assessoria da Câmara tem uma posição e a assessoria do Executivo tem outra posição. Felipe diz que realmente acaba ficando uma situação de desconforto entre os vereadores com o que pode e o que não pode. Diz que a câmara está tomando um rumo não muito bom, lembra que no início do mandato não havia essas dúvidas, se continuar se encaminhando para esse caminho, cada um vai ter que votar pelo que achar mais coerente. Pedro Gilson comenta a resposta encaminhada pela ABCD, diz que conhece o trabalho da entidade e que fez parte da fundação da entidade. Salienta o trabalho voluntário daqueles que se dedicam ao esporte e cultura do município. Diz que dói um pouco saber que por falta de um acordo satisfatório para ambas as partes foi perdido o montante de R\$ 64.000,00. Solicita a Secretaria da Educação cópia do projeto, a fim de verificar o que estava previsto e assim o que foi perdido com a recusa deste montante. Ressalta que o dinheiro deveria ser investido em mais oficinas e não ser utilizado como despesa do Município. Para a Secretaria de Obras solicita reiteração do pedido feito através de Indicação para reforma de parada de ônibus localizada perto da residência de Amadeu Assmann e Roberto Zimmer, em Linha Francesa Alta. Ressalta que solicitou a melhoria há bastante tempo e ainda não foi realizada. Laudir agradece a presença de todos, parabeniza os professores pelo seu dia e lamenta que a classe não receba o devido valor tanto pessoal como financeiro. Sobre os mapas encaminhados pelo Executivo, comenta que não é possível identificar todos os dados pela falta de nitidez, solicita que o Executivo disponibilize os mapas originais ou que encaminhe cópias legíveis com a definição das Zonas. Quanto ao veto que entrou na Casa, diz que quando faz um projeto o faz com a intenção de fazer pensar. O projeto foi bastante elogiado por todos os vereadores e se da forma que está não é constitucional, fica a sugestão que venha do Executivo pra cá. Comenta que é conhecedor do trabalho da ABCD, pelo que entendeu na resposta, a entidade tentou negociar com o Executivo a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

aplicação destes R\$ 64.000,00, sendo que o Município queria se utilizar deste montante para cobrir despesas já previstas no orçamento e a entidade queria aplicar em outras atividades além das que estão sendo realizadas. Diz que a situação lhe deixa triste pois a intenção da entidade era ampliar os serviços e por conta de querer ajeitar o orçamento, o município que conforme já foi dito não dispõe de equipe para fazer projetos, perde R\$ 64.000,00. Diz ainda que também lhe chateou ouvir que não precisa instalar câmeras de segurança porque a criminalidade em Barão é baixa. Bernardino diz que se ele se refere ao que falou não foi o que ele disse e que vai ter que se retratar. Laudir diz que se a criminalidade está baixa cabe ao poder público tentar baixar ainda mais. Solicita ao Executivo de forma será tratada a questão das impositivas que foram feitas no ano passado. Comenta que todas as Leis estão no sistema novo, que o povo tem acesso, sendo que os que foram contemplados estão na expectativa de receber. Questiona se serão pagas ou se os vereadores fazem o trabalho de fingir que promete e alguém finge que paga. Felipe endossa o pedido. Bernardino pede um aparte, diz que fez um questionamento sobre o índice da criminalidade e não uma afirmação. O colega o acusou de ter afirmado isso. Laudir diz que não usou nomes apenas lamentou o pensamento de que com a criminalidade baixa não é preciso fazer nada. Bernardino insiste e diz que simplesmente perguntou se havia embasamento de informações, lembra que é um grande defensor da segurança, prova disso são as emendas impositivas apresentadas por ele, o colega fez uma acusação e gostaria que se retratasse. Fez uma indagação e não uma afirmação. Laudir quis dizer que indiferente dos dados, se for esperar para que os índices de criminalidade aumentem para pensar em colocar vídeo monitoramento então o município realmente está muito atrasado. Luiz Carlos parabeniza os professores pela passagem do seu dia. Comenta que algum tempo atrás já mencionou que o Legislativo deve tomar o cuidado para não se tornar executor, ou nove prefeitinhos – termos utilizado pelos colegas. Quis dizer que o Legislativo não deve se meter no Executivo e tão pouco o Executivo deve se meter no Legislativo. Agradece a presença do Presidente da ABCD e do Secretário da Administração. Tece críticas à uma declaração de Lúcida Damais Secretária da Mulher num evento. Claudir agradece a presença de todos. Lamenta a perda do projeto da ABCD, pois sabe o quanto é trabalhoso e demorado para que um projeto seja aprovado. Lembra de um projeto para aquisição de aparelho de ecografia para o hospital que foi perdido por falta de entrega de documentos. Diz que fica triste pelo projeto da ABCD, pois na época do projeto para o Hospital, também batalhou por dois anos buscando a aprovação do projeto para no fim, por politicagem ou sabe-se lá porque não ter resultado. Destaca o trabalho realizado pelos professores e diz que com certeza deveriam ser mais valorizados. Solicita informação ao Executivo de que forma ocorre a limpeza das ruas, pois no Bairro Operário começaram a fazer a limpeza e não concluíram. Agradece as melhorias feitas na Rua Düren. Solicita explicações da Administração quanto à Lei 760/2001 que concede incentivo aos munícipes que realizam transferência ou emplacamento de carros no município. Diz que não estão sendo feitos protocolos e os munícipes são informados que não tem dinheiro. Deveria sim ser feito o protocolo e o pagamento assim que tivesse dinheiro disponível, pois se a Lei está em vigor é para ser cumprida. Solicita ainda cópias das planilhas de manutenção dos carros da Secretaria da Saúde, pois são veículos que estão em contínua rotina de trabalho. Comenta sobre o KanoaKerbFest, deixa como sugestão realizar um baile de noite e no dia seguinte a gincana com apresentações de grupos folclóricos e agroindústrias do Município. Luiz Carlos diz que não sabia deste projeto da ABCD no valor de R\$ 64.000,00, pede a gentileza para que o presidente se informe sobre o assunto. João Carlos comenta que retirou seu projeto de Lei pois acredita que precisa ser melhor estudado. Foi informado que as escolas estaduais recebem verba específica, no caso da Escola Cônego Kaspary a conta de água não está no nome da escola e sim do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

CPM. Segundo o Diretor esta alteração foi feita há pouco tempo. Diz que não há uma explicação para a alteração. Faz um pedido de informação ao Executivo para que explique o porque a conta de água está no nome do CPM. Pede desculpas pela explicação que deu na semana passada e diz que retirou o PL a fim de analisar melhor a questão. Comunica os colegas que a Comissão de Pareceres realizará Audiência Pública a fim de discutir o PL 2359 que altera o Plano Diretor, informa que serão convidadas entidades, interessados, além de toda comunidade. Quanto ao seu projeto, diz que não foi sua intenção passar por cima de ninguém. Bernardino diz que não sai satisfeito, pois em momento algum falou da criminalidade. Fala de sua história como criador e fundador do CONSEPRO, tem um compromisso com a segurança, se errou se corrige mas em momento algum fez alusão a criminalidade. Quando era vice Prefeito sugeriu que a casa modelo construída para a habitação popular a qual seria demolida, fosse destinada para a Brigada Militar, sendo a mesma utilizada até hoje. Lembra que o candidato da oposição de sua chapa nas eleições, Drº Vitor foi quem assumiu o CONSEPRO na época. Se hoje Barão tem uma Delegacia, foi no governo do prefeito Simom que conseguiu em Brasília, a instalação e a destinação de um efetivo pra cá. Uma de suas lutas foi o auxílio moradia que hoje é concedido aos policiais lotados no município. Mencionou ainda diversas audiências que participou, sendo que em todos os momentos defendeu a segurança. Não concorda que seja insinuado que estaria contra a segurança. Laudir diz que não citou nomes. Bernardino diz que sua história é clara e apenas comentou que não havia um estudo para afirmar quais os principais problemas que Barão tem, pois apenas com o conhecimento dos dados é possível planejar a prevenção de forma correta. Laudir ressalta que disse que se for preciso dados para colocar vídeo monitoramento o município está atrasado. Vários municípios instalaram monitoramento sem precisar buscar dados. Outra questão é que quando o colega era vice Prefeito em 1989, questões como a criação do CONSEPRO e instalação da Brigada Militar são de praxe do início de um município, se outa pessoa estivesse no cargo, com certeza seria ela a responsável. O Presidente diz que será ouvida a gravação a fim de identificar o que foi dito por ambas as partes. Quanto as emendas impositivas, os vereadores combinam de apresenta-las agora na LDO a fim de facilitar o trabalho de montagem da LOA. O Presidente solicita que os vereadores apresentem junto a Secretaria da Câmara o mais breve possível. Sendo o que constava na pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Sessão Ordinária do dia 15 de outubro de 2019. Assim sendo, lavro esta ata que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes na aprovação da mesma.

Dalcir Luis Ebeling
Presidente

Ademar Gauger
Vice Presidente

Bernardino Scottá
1º Secretário

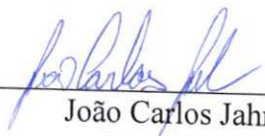
Luiz Felipe Werner
2º Secretário

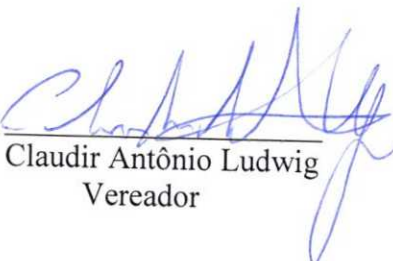
Pedro Gilson Jahn
Vereador

Laudir Abel
Vereador



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**


João Carlos Jahn
Vereador


Claudir Antônio Ludwig
Vereador


Luiz Carlos de Souza
Vereador







